

Negociações de Roma X

Governo e Renamo retomam discussão de questões militares

por Tomás Vieira Mário, da AIM

As negociações de paz para Moçambique em Roma prosseguem com as partes envolvidas a retomarem ontem, em tempo pleno, a abordagem das questões militares. O debate sobre estas questões tinha sido interrompido para permitir a discussão de formas destinadas ao desencadeamento de operações de ajuda humanitária em socorro das populações afectadas pela pior seca de sempre em todo o território nacional, na semana passada.

DA NOTÍCIAS
DEL 20. 7. 1992

Hoje, está prevista uma sessão plenária em S. Egidio envolvendo o Governo, a Renamo, os mediadores e os observadores oficiais dos Estados Unidos, França, Itália, Portugal, Reino Unido e Nações Unidas, naquilo que vai ser o primeiro encontro conjunto sobre as questões militares, desde há praticamente duas semanas.

As informações disponíveis continuam a carecer de substância quanto ao estágio em que se encontram as discussões em torno desta matéria, sabendo-se apenas que as reuniões paralelas das duas últimas semanas, envolvendo apenas as subdelegações militares dos dois lados, pouco mais terão avançado, para além da avaliação de elementos técnicos a serem tidos em consideração na formação, composição e comando conjunto do futuro Exército unificado moçambicano.

Na mesa estão em causa questões de manifesta delicadeza para qualquer das partes, e comentários pormenorizados em torno das posições defendidas quer pelo Governo, quer pela Renamo, seriam desaconselháveis nesta fase, dizem insistentemente todas as partes envolvidas.

1/2

Sugestões claramente optimistas, surgidas na primeira fase das discussões, quanto à possibilidade de rápida conciliação de posições entre as duas subdelegações militares, surgem agora substituídas por uma eloquente contenção, o que pode ser indício de falta de progressos, na concretização, em documento, das ideias expressas inicialmente.

Segundo foi revelado oportunamente, as duas partes começaram a abordagem das questões militares, divididas num significativo número de matérias essenciais.

Assim, a Renamo entrou propondo um esquema segundo o qual a formação do futuro Exército único começaria por uma desmobilização total dos efectivos dos dois lados. A seguir, iniciar-se-ia o processo de formação do novo Exército, com a abertura de inscrições para voluntários, num processo que deveria decorrer no

mais curto espaço de tempo possível, para evitar uma fase de acantonamento de tropas, a qual, afirma a Renamo, comportaria riscos de desordens e insubordinações dos militares, devido a problemas de natureza logística.

Este Exército de voluntários teria um efectivo de quinze mil homens, na proporção de metade para cada parte. Ele estaria, no período de transição, sob o comando conjunto de um general do Exército governamental e outro da Renamo, sob a supervisão de um perito estrangeiro e civil.

O Governo, por seu lado, defendeu um Exército de 50 mil homens, a ser formado em bases que observassem critérios como os níveis de preparação académica, a extensão do país e os desafios que poderiam ser considerados no quadro de garantia de integridade nacional e de inviolabilidade das fronteiras. Por outro lado, uma fase de acantonamento das tropas seria indispensável, até para permitir a identificação e desmantelamento daqueles grupos fora do controlo de qualquer das partes.

Sabe-se que as discussões havidas até agora tiveram também em conta um quadro-matriz adiantado às partes pelo grupo de oficiais dos cinco países observadores e das Nações Unidas, cujo papel nesta matéria é considerado crucial pela mediação italiana.

Encerrado na madrugada de quarta para a quinta-feira, o "dossier" sobre a canalização livre de ajuda humanitária de emergência para o todo o país, incluindo para as zonas sob controlo militar da Renamo, cada delegação, em separado, retomou, logo na sexta-feira, o "dossier" das questões militares, com encontros também separadamente, com os mediadores.

Contudo, a julgar pela ausência de informações sobre o conteúdo concreto das discussões, e tendo em conta as experiências deste longo processo negocial, é de sugerir que permaneçam divergências substanciais entre os dois beligerantes.

Sucedo com efeito que nas últimas duas semanas, tem havido movimentações político-diplomáticas em torno do processo de paz de Roma,

mas, longe da capital italiana, cuja leitura continua a carecer de transparência.

Além do encontro do chefe da Renamo, Afonso Dhlakama, com o Presidente Mugabe, do Zimbabwe, em Gaborone, sucedeu o encontro de ontem em Harare, entre o estadista zimbabweano e o Presidente Joaquim Chissano.

O mediador-chefe italiano, Mário Rafaelli, mantém comentários moderados em relação a estas iniciativas, considerando que o processo de Roma atingiu já um ponto tal, em que quaisquer outras iniciativas fora da capital italiana apenas teriam impacto positivo se coordenadas com os esforços que se desenvolvem na praça de S. Egidio.

Contudo, e segundo as indicações disponíveis, seria de colocar a hipótese de a Renamo desenvolver um esforço para conter um avanço das negociações em Roma na direcção de um rápido acordo de cessar-fogo, antes do encontro que vem sugerindo, entre Afonso Dhlakama e Joaquim Chissano.

De resto, na sua última entrevista, há duas semanas, à «Voz da América», Afonso Dhlakama disse que a agenda dessa cimeira seria, precisamente, o ponto das questões militares.

Numa palavra, todos os cenários continuam em aberto, sendo de esperar que sinais mais concludentes surjam durante esta semana ou até ao final da próxima. — (AIM)